

## Editorial

“Como uma onda educativa”: foi dessa forma que o filósofo Renato Janine Ribeiro imaginou que se daria a criação de uma cadeia virtuosa capaz de ofertar ensino público de qualidade a toda a população brasileira. Começaria a se esboçar a partir de um início relativamente modesto, 5% da rede ao ano, diante da imensidão de desafios educacionais que o país tem pela frente quando esse tema se tornasse, enfim, uma prioridade nacional.

Era esse o plano que, em junho de 2015, o então ministro da Educação apresentou à então presidente, Dilma Rousseff, lembraria Janine em entrevista concedida à revista *Veras* na qual revelou, também, que finaliza um livro sobre sua experiência de seis meses na Esplanada dos Ministérios. Na conversa, o agora aposentado professor titular de Ética e Filosofia Política pela Universidade de São Paulo também critica a reforma do Ensino Médio, que, a seu ver, não mexe na questão fundamental do currículo. E, para não ficar apenas na crítica, conta que ao sair de sua função no MEC deixou ao sucessor uma contribuição: um desenho de currículo nas áreas que conhece bem, filosofia e sociologia, capaz de despertar nos jovens o interesse por temas tão prementes e atuais como ética, direitos humanos e política. Sim, política também. Para Janine, é função da escola ensinar política a jovens que praticarão o exercício do voto pela primeira vez, mas sem doutrinação e nos ambientes naturalmente criados para discussões dessa natureza, como as aulas de história, filosofia e sociologia.

Nesta última disciplina, para citar um exemplo do currículo idealizado pelo intelectual que se viu momentaneamente investido de poderes executivos, os jovens do Ensino Médio seriam instigados a aprender como funciona o capitalismo e como este foi sendo “civilizado” por meio de lutas sociais, trabalhistas e ambientais. “Estudar economia para entender como se produz a riqueza, e sociologia para entender como se produz a miséria”, resume. Esses e outros temas correlatos, como o mal denominado movimento “escola sem partido” e o enfrentamento ao Estado laico patrocinado por forças



conservadoras, são abordados com a profundidade necessária na entrevista desta edição, que traz também um variado cardápio de análises abrangendo as principais etapas da educação básica e seus reflexos no ensino superior.

Fundamentado teoricamente nos Estudos Sociais da Infância, o artigo que abre esta edição, *Na primeira série aos 6 anos: as experiências das crianças/alunos e da professora/pesquisadora no ambiente escolar*, de Juliana Wild do Vale Matsuzaki, caminha com propriedade sobre a linha tênue que separa a pesquisadora da professora, aqui encarnadas na mesma pessoa. Buscando dar voz, por meio de entrevistas e das anotações feitas em um Diário de Bordo, às impressões das próprias crianças sobre as mudanças provocadas pela ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, o artigo vocaliza algumas críticas destas ao espaço e ao tempo na escola. Em ambos, a dimensão do brincar se mostra reprimida, evidenciando uma transição aparentemente abrupta para os pequenos aprendizes, que, até aquela idade, associavam o ambiente escolar unicamente à dimensão quase inesgotável do brincar.

Saindo dos desafios da alfabetização para outra demanda secular, a inclusão de alunos com necessidades especiais de educação, Denise Soares da Silva Alves e Luis Enrique Aguilar analisam, em *Consolidação e expansão das políticas de Educação Especial no Brasil: de 1930 à Constituição Federal de 1988*, como se deu a progressiva inclusão desse numeroso contingente populacional, inicialmente completamente marginalizado e pouco estudado, à educação regular. Sob a perspectiva histórica, os autores analisam como as discussões fomentadas na Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Carta Magna de 1988, por exemplo, deram visibilidade à luta por autonomia e protagonismo das pessoas com deficiência, em oposição ao paternalismo e assistencialismo que, desde os anos 1930, haviam direcionado as políticas voltadas ao atendimento dessas pessoas.

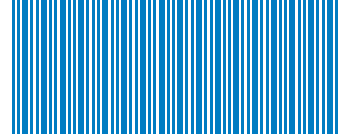
Outro contingente historicamente à margem da escola é formado por aqueles que, por algum motivo, não a frequentaram na idade certa. Muitos deles, mais tarde, buscarão ingressar no universo da cultura letrada, formando as turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que somam 3,4 milhões de alunos, segundo o censo escolar de 2015. Sobre as hipóteses silábicas desses aprendizes singulares (e tardios)



da língua escrita há poucos estudos, infelizmente, quando a comparação é feita com análises envolvendo a escrita de crianças e as tentativas de decodificação que todo sujeito realiza ao ver-se diante do enigma das palavras. No texto *Os adultos e suas escritas pré-alfabéticas*, Paula Takada analisa as hipóteses de escrita de um grupo de adultos, concluindo que estes produzem “escritas silábico-alfabéticas com soluções pontuais semelhantes às encontradas nas escritas infantis em investigações anteriores”. Mas lamenta que pouco se pratique o propalado respeito ao conhecimento prévio dos alunos, que deveria ser ainda mais salientado no caso de adultos em fase de alfabetização, verdadeiros sobreviventes que precisaram criar diversas estratégias para se inserirem, da melhor maneira possível, em um mundo cercado por signos.

Os dois artigos que se sucedem a esse discorrem sobre a mesma temática: o ensino da língua estrangeira na educação básica. *Reflexão crítica sobre as escolas bilíngues (português/inglês) de imersão e internacionais na cidade de São Paulo*, apresentado por Aline Nunes Möller e Maria Paula Zurawski, após diferenciar as propostas pedagógicas das duas modalidades nas quais o ensino de língua estrangeira adquire papel preponderante, as escolas de imersão e as internacionais, e avaliar a expansão da oferta de ensino bilíngue no país, conclui que a falta de legislação específica e o sigilo pedagógico sobre as metodologias praticadas nos estabelecimentos, todos privados, não permitem que se estabeleçam parâmetros confiáveis de avaliação desse tipo de serviço educacional. Já a análise de Cynthia Fernanda Ferreira César, *Reflexões acerca de um desenho de curso de Língua Inglesa à luz da complexidade: uma proposta inclusiva*, parte das reflexões sobre o pensamento complexo feitas por Edgar Morin e analisa a metodologia de projetos como um instrumental didático adequado para incluir alunos com necessidades especiais na aprendizagem de uma língua estrangeira.

Finalizando as colaborações desta edição, *Concepções de professores de ensino superior de um curso de Ciências Biológicas sobre aulas práticas*, de Daniela de Oliveira, reflete sobre o papel do laboratório nas aulas de Ciências a partir de entrevistas realizadas com professores de ensino superior dessa disciplina. Seu texto traz à luz algumas contradições intrínsecas à proposta de levar os alunos ao laboratório para



confirmarem, por meio de experimentos e da aplicação do método científico, algum conceito teórico. Problemas didáticos podem emergir, a depender da atitude do professor, diante de resultados inesperados obtidos pelos alunos, sendo muitas vezes desprezado o potencial educativo contido no erro ou na investigação sobre determinado experimento que não tenha “dado certo”, o que contradiz o próprio papel da experiência, qual seja, o de validar determinado pressuposto teórico.

Encerramos esta edição com a resenha do livro *O professor e as vulnerabilidades infantis*, de Marcos César de Freitas e Renata Lopes Costa Prado (Cortez, 2016), esta última coeditora de *Veras* até 2015, e aqui apresentado por Lisandra Ogg Gomes, que a substituiu na função de editora acadêmica. Para esta, o livro apresentado aos leitores de *Veras* “permite repensar a ordem geracional e as problemáticas sociais colocadas aos adultos e às crianças nos seus modos de pertencimentos, participações e nas formas de proteção”, a partir da discussão sobre o conceito de vulnerabilidade e suas múltiplas aplicações. Na maioria dos estudos feitos sobre e com crianças, concluem os autores da obra, estas são vistas no papel de filhos, de alunos, de “futuro da sociedade”, mas poucos se interessaram em saber sobre suas opiniões, perspectivas e maneiras de ser. O que faz com que, muitas vezes, se crie um discurso adultocêntrico recheado de justificativas que, por meio de uma “exclusão protetora”, alija a própria criança de um desejável protagonismo em sua trajetória escolar.

### **Boa leitura!**

Regina Scarpa, diretora pedagógica do Instituto Vera Cruz  
Ricardo Prado e Lisandra Ogg Gomes, editores da revista *Veras*

